

005

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DO SÍTIO LÍRIO EM SANTANA DO CARIRI-CE

Tatiana Cristina Dias Gama Nunes (UFCA)
Ana Lívia da Silva dos Santos (UFCA)
Rennan Miranda Carvalho (UFCA)
Marcos Danilo Estevam (UFCA)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo a investigação das experiências vivenciadas pelos moradores do Sítio Lírio, localizado na Chapada do Araripe, nas proximidades da Floresta Nacional do Araripe, no município de Santana do Cariri-CE, que relacionam a prática da gestão social com elementos da economia solidária, como instrumentos de potencialização de políticas públicas sociais. Essas ações são fomentadas pela Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Lírio (AAFASIL) e incluem a produção agroecológica, casa de sementes, grupo de mulheres, clube de trocas e a moeda social local (o Lírio), um dos principais construtos da comunidade, demonstrando a vivência de elementos de um modelo econômico diferenciado. Para tanto utilizamos do procedimento qualitativo, haja vista que esse método possibilita a apreensão do ponto de vista dos atores envolvidos no estudo, além da utilização da técnica de observação participante (OP) conjuntamente a pesquisa documental, para a coleta de informações.

Palavras-Chave: Gestão Social. Autogestão. Economia Solidária. Moeda Social.

INTRODUÇÃO

A Associação dos agricultores e agricultoras familiares do Sítio Lírio (AAFASIL) surgiu como um instrumento de participação dos agricultores, com o intuito de fortalecer a busca por melhorias para a comunidade, diante dos problemas socioeconômicos locais que inviabilizam o desenvolvimento da agricultura familiar. Dentre essas dificuldades podemos mencionar a escassez de recursos hídricos, a ausência de políticas públicas de apoio técnico, além da ausência de articulação entre os agricultores.

Nesse sentido o projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, realizado entre os anos de 2014 a 2016, teve papel fundamental estimulando a geração de oportunidades de trabalho e renda para a juventude rural e suas famílias nos municípios do Crato, Nova Olinda, Milagres e em Santana do Cariri, especialmente na comunidade do Sítio Lírio.

Atividades como esta possibilitam o desenvolvimento territorial sustentável, diante da falta de planejamento de territórios e de políticas públicas que sejam efetivas no atendimento das necessidades e demandas sociais para que haja um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade.

O artigo apresenta a experiência vivenciada, bem como as atividades desempenhadas pela AAFASIL, entre as quais destacam-se o cultivo de produtos agroecológicos, a salvaguarda de sementes crioulas, grupo de empoderamento feminino, a realização do clube de trocas e a moeda social local (denominada Lírio), um dos principais construtos da comunidade, demonstrando a vivência de elementos de um modelo econômico diferenciado, como se propõe a Economia Solidária.

A associação também fortalece uma rede de comunidades rurais, com o intuito de promover o fomento a sustentabilidade social e ambiental, visando a transformação social e o desenvolvimento local por meio da prática da Economia Solidária, construindo alternativas de produzir, vender, comprar e trocar, consistindo desse conjunto o subsídio necessário para a formação das rendas familiares, sendo a fonte principal de subsistência local. Essas ações, por sua vez são efetivadas através da cooperação e da autogestão, sem causar danos ao meio ambiente e, pensando no coletivo.

Isto posto, vislumbrou-se a interação entre a gestão social e a economia solidária, fundamentado na organização e na própria ação da comunidade, assim é notado a intercessão de ambas as concepções. Cançado (2016), pontua que:

[...] a principal aproximação se dá pelo caráter coletivo e pelo formato da tomada de decisão. Em ambos os casos se aplicam em grande parte às características inerentes à Gestão Social: tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na transparência como pressuposto, na dialogicidade e intersubjetividade como processo. (CANÇADO, p. 38, 2016).

Diante disso, surgem novas interpretações ao que se refere a gestão social praticada pela comunidade e de como esta gestão se articula com as práticas de economia solidária, resultando na melhoria da comunidade, e no aperfeiçoamento das políticas públicas territoriais, sobretudo, os processos participativos.

Desse modo, é pretendido como objetivo central a investigação de como a gestão social é praticada nos territórios potencializando a economia solidária. Para tanto, houve o delineamento territorial, a fim de permitir uma maior aproximação com a realidade local. Nesse sentido, foi definido como recorte espacial o território Caririense, precisamente a comunidade do Lírio, localizado na zona rural do município de Santana do Cariri-CE, a escolha do local esteve fundamentada sobre as particularidades da comunidade, haja vista que foi identificado a prática da gestão social no citado território.

Outro fator fundamental para a discussão é caracterizado pela interação local entre a gestão social e a economia solidária, busca-se compreender como se dá tal interação, de início, é visto que a economia solidária impulsiona a prática da gestão social na comunidade, reunindo assim, uma série de abordagens conceituais/práticas do campo.

METODOLOGIA

O percurso metodológico parte do procedimento qualitativo, tendo em vista que esse método possibilita a apreensão do ponto de vista dos atores envolvidos do estudo. Para Martins e Theóphilo:

É importante em uma pesquisa qualitativa que o pesquisador tente capturar a perspectiva dos participantes ou envolvidos como estudo. Dessa forma, ou seja, ao considerar diversos pontos de vista, o pesquisador será capaz de entender melhor o dinamismo entre os elementos que interagem com o objeto da pesquisa. (MARTINS, gilberto; THEÓPHILO, Carlos. p. 141, 2009).

Para o alcance dos objetivos do estudo, foi adotado mediante o caráter qualitativo o método subsidiado pela pesquisa exploratória-descritiva, haja vista as prerrogativas norteadoras da análise, consistindo tanto em explorar as interfaces entre a gestão social e economia solidária, como também é buscado a observação do território, registrando e interpretando os aspectos nele contidos, no que se refere ao desenvolvimento da gestão social na comunidade aludida. Nesse sentido, com o recorte territorial estabelecido, a abordagem de um estudo de caso tornou-se objeto basilar para o estudo, sendo utilizado a partir desses recursos a pesquisa documental em conjunto com a observação participante.

Tendo como aporte estas características metodológicas o estudo foi desenvolvido. Para o atendimento desses procedimentos, é posto em prática a técnica da observação participante (OP) conjuntamente a pesquisa documental, para a coleta de informações. A observação (OP) foi importante para a concretização desta pesquisa, uma vez que foi possível a partir da referenciada modalidade assumir a perspectiva, de fato, de participante do processo da coleta de informações junto à comunidade estudada, permitindo-nos adentrar no espaço analisado em consonância com as abordagens conceituais pré-estabelecidas.

A pesquisa documental por sua vez, está ancorada sobre as perspectivas conceituais da gestão social em detrimento a economia solidária, buscando assim, discutir os dois constructos junto às práticas da associação (AAFASIL). Marca-se sobre esse recorte, os apontamentos trazidos por Cançado (2007; 2016) e Cançado, Tenório e Pereira (2011) referente às reflexões teóricas da gestão social; destacando-se desse conjunto Cançado por sua discussão estreita entre gestão social e economia solidária. Para além disso, é utilizado também como referencial livros clássicos da literatura, como a exemplo da obra *Introdução à Economia Solidária* de Paul Singer, também é agregado neste compêndio bibliográfico a perspectiva das políticas públicas, dentre outros materiais componentes da unidade documental desta análise. Dessa maneira, apoiado por esses mecanismos a pesquisa foi produzida, buscando evidenciar as interações entre a teoria e a prática.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Gestão Social é interdisciplinar, estando em constante transformação, haja vista à incorporação do construto a áreas como a Sociologia, a Política, a Ciência da Computação e da Informação, recebendo ainda contribuições de outras ramificações de conhecimento. A princípio, um de seus basilares lócus de atuação é delimitado pelos órgãos da administração pública, somando-se as mais diferentes práticas de solidariedade econômica, social e ética. Outros temas referem-se à Participação social e ao Controle social, sendo assim, existem diversos textos que abordam uma perspectiva diferente sobre o termo. Neste trabalho, o conceito é focalizado no âmbito da gestão de políticas sociais, a partir da conceituação de SILVA (2004), que considera a Gestão Social como:

[...] um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial – na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social (SILVA, 2004, p. 9).

Tendo em vista tal conceituação, a gestão social se relaciona à operacionalização de conhecimentos de ordem administrativa, técnica e política, que ultrapassam a esfera pública do Estado, uma vez que se volta para o atendimento de necessidades dos cidadãos, na perspectiva do direito social. Além disso, no âmbito de políticas sociais, a gestão social é encarada como uma gestão das demandas e necessidades sociais, assim como discutido por Carvalho (1999),

se trata da gestão das ações sociais públicas, sendo que a gestão do social é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. E as respostas a essas demandas e necessidades são as políticas sociais, os programas e projetos sociais. A gestão social tem um compromisso, com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar por meio das políticas e programas públicos o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente (CARVALHO, 1999, p.28).

Nesse sentido, SINGER (2002) em seu livro *“Introdução à Economia Solidária”*, aborda uma série de reflexões relacionadas ao modo capitalista de produção da sociedade, apresentando a economia solidária como uma alternativa viável, tanto pelo aspecto social quanto pelo econômico, por se opor a troca de valores voltados ao individualismo, sendo pautado pelas prerrogativas da igualdade, da solidariedade, da democracia e sobretudo, pela cooperação. Segundo SINGER (2002):

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles (SINGER, 2002, p. 9).

Por esse ângulo, é visível a adoção da economia solidária pela perspectiva da organização social e econômica justa e igualitária, em contraposição ao capitalismo vigente, em que se pese à busca pela superação desse modo de reprodução social, almejando a proposição de uma qualidade de vida melhor, visando à valorização do ser humano em detrimento do capital. Através da troca de saberes, experiências, produtos e serviços, os trabalhadores organizados estão conseguindo agregar valor ao trabalho e, especialmente, qualidade de vida para suas famílias e comunidades locais.

No Brasil, a economia solidária se desenvolve a partir da década de 90, assim como discutido por Cançado (2016), *“A discussão sobre Economia Solidária – Ecosol no Brasil remonta aos anos 1990 e tem sido atribuída a uma reação da população socialmente excluída ao desemprego e aos efeitos das chamadas décadas perdidas.”* O presente estudo analisa como objeto a gestão desses empreendimentos, pelo recorte da associação de agricultores (AAFASIL).

Diante desse contexto, cabe ressaltar a autogestão como elemento essencial no trato da Economia Solidária, ou em outras palavras, a administração democrática do empreendimento solidário. Isso se efetiva por meio da deliberação em espaços de diálogo e construção coletiva, no qual os integrantes do grupo têm poder sobre as decisões, conforme Singer (2002).

Cançado (2007) assim define a autogestão: “modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização.” Sendo assim, é percebido as possibilidades da Economia Solidária como um modelo de gestão social.

Além das conexões entre as ambas concepções pela via da autogestão, pode-se perceber outras perspectivas que interligam os citados constructos, levando em consideração as prospecções da solidariedade. Pela leitura de Cançado (2016) é verificada tal aproximação:

Em relação à Solidariedade, enquanto Dimensão da Ecosol, nota-se a principal aproximação entre os conceitos, pois a solidariedade aqui é entendida nos dois casos como interdependência. No caso dos empreendimentos da Ecosol, essa solidariedade se amplia para a comunidade e os demais empreendimentos e movimentos sociais, bem como o respeito ao meio ambiente e à melhoria das condições de vida (internas e externas ao empreendimento). Além da distribuição justa dos resultados entre os membros. A Solidariedade na Ecosol está bem próxima ao Interesse Bem Compreendido (que a tem como subcategoria, inclusive) e, por consequência, à Emancipação (CANÇADO, 2016, p. 37).

Demonstrando assim, as interfaces existentes entre Ecosol e a Gestão Social, aproximadas seja pela forma de gestão, conferida pela autogestão, ou pela correlação emancipadora da solidariedade. Ademais, ressalta-se a tomada de decisão coletiva presente nas duas concepções. Além disso, é válido mencionar a participação das comunidades no processo de formulação de políticas públicas, a partir da concepção das arenas sociais. Segundo SOUZA (2006):

O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os policy makers do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras (SOUZA, 2006, p. 32).

Nesse sentido, a sociedade é considerada também como produtora das políticas públicas tendo em vista seu poder de participação na tomada de decisão a partir das suas demandas sociais e de seus direitos no que tange o exercício da cidadania. Sendo assim, existem diversas possibilidades na construção das políticas públicas mais participativas. De acordo com Souza (2006):

[...] existe uma tentativa, em vários países do mundo em desenvolvimento, de implementar políticas públicas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais (SOUZA, 2006, p. 35-36).

Dessa forma, as associações têm fundamental importância nesse processo de construção e elaboração das políticas públicas, haja vista seus interesses e suas formas de participação na formação da agenda pública. A partir das atividades desenvolvidas pela Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Lírio (AAFASIL), objeto deste estudo, pode-se destacar o empoderamento e pertencimento que os associados têm em lutar por políticas públicas que os auxiliem em suas práticas na comunidade. As instituições têm forte influência no mecanismo de participação na luta por políticas que garantam a legitimidade, seguridade e fomento às ações que a comunidade executa, para que seja um processo democrático e cidadão, pois “a contribuição do neo-institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas” (SOUZA, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade do Sítio Lírio está localizada na Chapada do Araripe, nas proximidades da Floresta Nacional do Araripe, no município de Santana do Cariri-CE. Distante vinte quilômetros da cidade, conta com cerca de trinta famílias, tendo como principal fonte de renda a agricultura familiar e apicultura. Em relação às atividades associadas com a economia solidária, vale marcar que estas são desenvolvidas na localidade há aproximadamente cinco anos, iniciadas à partir do trabalho comunitário realizado pela Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Sítio Lírio - AAFASIL, na produção dos gêneros já enunciados, tais como: agroecológicos, casa das sementes, grupo de mulheres, clube de trocas, banco comunitário e a moeda social local (o Lírio).

O surgimento da associação teve como ponto inicial o projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri (2014-2016), fruto da parceria entre a Associação Cristã de Base (ACB-Crato), Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de municípios do Cariri, com o apoio financeiro da Petrobras e do Governo Federal. O referido projeto, por sua vez segundo informações colhidas no [1]site da ACB-Crato, objetiva:

[...] fomentar possibilidades de geração de oportunidades de trabalho e renda para a juventude rural e suas famílias nos municípios do Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri e Milagres no Território da Cidadania do Cariri. [...]. Assim, o projeto trabalhará a juventude ao mesmo tempo em que incidirá sobre o núcleo familiar numa perspectiva sistêmica e integrada (ACB-CRATO, 2019).

As ações viabilizadas pelo “Jovens familiares” potencializaram e fortaleceram as comunidades rurais do Cariri, compondo-se desde a construção de cisternas, conhecidas como Chapéu de Padre Cícero, instalação de Sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), capacitações do PAIS, curso de Turismo Rural e Meliponicultura, criação de três feiras agroecológicas e fortalecimento das feiras já existentes, oferecendo ainda, oficinas, apresentações de música, teatro e dança e a produção de livretos de cordel. Sendo, o Sítio Lírio uma das comunidades beneficiadas com o projeto, é a partir disso, que os moradores tiveram a possibilidade de desenvolver atividades ligadas à Economia Solidária, sobretudo por meio das formações.

Além disso, convém frisar que a capacitação proposta pela ACB era composta por curso pontual de 30 horas, que foi realizado em diversas comunidades do Cariri. Neste curso, ao invés de teorizar sobre economia solidária, a estratégia da atividade foi de vivenciar “um clube de trocas solidário” e a partir da vivência refletir sobre uma proposta de economia “alternativa”. Nessa construção coletiva e diante das experiências apresentadas, o grupo de agricultores do sítio Lírio percebeu a necessidade de designar uma “comissão” para organizar o clube de trocas, o que se transformou mais tarde em um “banco comunitário”, conforme relatos mediante extração aferida.¹

Ainda, no que se refere ao desenvolvimento do citado curso, surgiu a ideia dentre à comunidade de criar uma moeda “solidária”, também conhecida como moeda social. A associação a denominou como “Lírio”, à partir da observação participante, foi possível perceber que a confecção da cédula para à comunidade representou um processo de autoconhecimento. Levando em consideração a apresentação do Lírio pelos moradores, uma vez que segundo eles, diante do desenho da moeda, foi estudado a história da nomenclatura do sítio, o “Lírio”, tornando-se um momento significativo para toda a comunidade, de cunho histórico/cultural.

Figura 1 - Moeda de troca da associação “Lírio”



Fonte: Dos autores (2018).

Desde a implantação da associação os agricultores, como descrito, construíram diversos mecanismos embasados pelo modelo da economia solidária, a exemplo da moeda social, que por sua vez é utilizada bimestralmente nas feiras, para comercialização de seus produtos. A moeda é gerenciada por um banco comunitário, valorizando o comércio local, como sugerido por definição:

A Moeda Solidária, também chamada de Moeda Social Local Circulante, ou circulante local, é um tipo de moeda complementar ao Real desenvolvida pelo Banco Comunitário. Essa ação objetiva fazer com que o “dinheiro” circule na comunidade, valorizando o comércio local, aumentando a riqueza da comunidade, criando trabalho e renda (MEC, 2010, p. 50).

¹ Os resultados elencados são produtos da metodologia da observação participante empregada na comunidade, para com o mediador desse percurso, Joelmir Pinho.

Atualmente, a AAFASIL têm desenvolvido diversas atividades na comunidade, além das reuniões mensais, realizadas sempre no terceiro sábado do mês, são produzidas momentos festivos, reuniões diversas e, bimestralmente, os clubes de trocas. Entre os produtos que são comercializados pelos agricultores familiares do Lírio, estão o abacaxi, o mel de abelha, os vinhos de cambuí e oliveira, hortaliças orgânicas, suco de maracujá-do-mato, entre outros.

Figura 2 - Vinhos de Cambuí e Oliveira, produzidos pela associação



Fonte: Dos autores (2018).

Dessa forma, é vislumbrado que as atividades desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras familiares do Sítio Lírio, membros da AAFASIL, se enquadram nos princípios da economia solidária e da gestão social. É notório por esse cenário, o engajamento comunitário, o trabalho coletivo que caracterizam a cooperação e solidariedade presentes entre suas ações. Sobre a perspectiva local, constata-se que com o estabelecimento da associação houve a promoção do desenvolvimento local, bem como, melhorou substancialmente a qualidade de vida dos agricultores, como enfatizado por Singer (2002), é denotado no território a “associação entre os iguais”.

Por outra ótica, observa-se a preocupação dos associados para com o trato da natureza, o cultivo de hortaliças e demais produtos da agricultura familiar que são de base orgânica, não sendo utilizados nenhuma forma de agrotóxico, além disso, é realizado o trabalho na casa de sementes, como salvaguarda das sementes crioulas. Demonstrando assim, o uso racional do solo, juntamente as prerrogativas sustentáveis, como previsto pelo modelo da ecosol. Esta ideia é reforçada por SINGER (2002), ao evidenciar que:

[...] se opõem ao capitalismo, de consumir produtos transgênicos e de sua preferência por alimentos provenientes da agricultura orgânica. O estilo de vida de tais comunidades favorece o consumo de produtos artesanais e étnicos e o uso de serviços que não produzem emissões de gases que possam agravar o efeito estufa (SINGER, 2002, p. 120).

Pela perspectiva da autogestão, foi percebido que a própria formalização do trabalho da comunidade, com a criação da associação se configura pela tomada de decisão coletiva, adentrando na esfera da ação conjunta a partir da inclusão dos moradores nas tomadas de decisão, garantindo a participação efetiva de todos. Conectando-se às prerrogativas aludidas por Cançado (2016), no tocante da Gestão social, é discutido pelo autor que o construto é caracterizado pela “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na transparência como pressuposto, na dialogicidade e intersubjetividade como processo.”

Além disso, constatou-se que as práticas autogestionárias possibilitam o empoderamento social/territorial da comunidade. Pois, conforme à observação participante empregada, foi verificado que a comunidade se fortaleceu, seja em suas relações internas ou no reconhecimento de suas potencialidades, segundo os associados, depois do estabelecimento da AAFASIL, a comunidade se aproximou significativamente.

Por fim, é válido ressaltar que a partir da consolidação das práticas de gestão social e da economia solidária, a associação, atualmente, é reconhecida por outras comunidades por sua luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, baseada na construção coletiva, nos valores de solidariedade, de democracia, de cooperação, de preservação ambiental e dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas sobre o recorte delineado, ao que se refere as atividades desenvolvidas pela Comunidade da associação dos agricultores e agricultoras do Sítio Lírio à luz da gestão social e da economia solidária, verifica-se as conexões teóricas/práticas dos construtos, haja vista as conceituações e interfases estabelecidas pela literatura. Com a análise desenvolvida neste estudo, destaca-se a relevância da atuação da associação perante sua territorialidade, uma vez que proporciona aos associados além de renda, o reconhecimento, o empoderamento, bem como o pertencimento de sua comunidade, por meio das práticas da autogestão, da solidariedade, da tomada de decisão coletiva dentre outras perspectivas.

Nessa direção, é acrescido também a comunidade os ganhos simbólicos, que não podem ser mensurados, todavia, deve ser mencionado, como o fortalecimento dos vínculos entre os moradores, o autoconhecimento de suas origens, o impacto positivo sobre a autoestima dos agricultores(as), dentre outros nuances, como bem relata Paul Singer.

Destarte, com base nesse trabalho, é evidenciado a importância de estudos embasados pela gestão social no âmbito de políticas sociais e da participação, bem como, é vislumbrado a relevância de projetos tecnológicos que auxiliem e fomentem práticas autogestionárias, assim como aplicado a citada associação, visando construir/otimizar espaços de construção coletiva que ampliem as práticas sociais, por meio da agricultura familiar, por exemplo. Ademais, vê-se a necessidade de adentrar nesses espaços a fim de investigar e propagar a gestão social de forma prática efetiva, assim, como desenvolvido no presente estudo, corroborando com a conceituação teórico/prático tanto do campo da gestão social, quanto da economia solidária.

REFERÊNCIAS

ACB CRATO. Disponível em: <https://www.acbcrato.org/single-post/2016/07/22/Mulheres-do-semi%3%A1rido-d%3%A3o-vida-a-seus-quintais> . Acesso em: 26 de Nov. de 2018.

ACB CRATO. Disponível em: <https://www.acbcrato.org/jovens-familiares-produzindo-no-cariri> Acesso em: 26 de Nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo - Saberes da Terra. Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores Economia Solidária. Brasília-DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6008-caderno4-educador-economia-solidaria&Itemid=30192 . Acesso em 27 de Nov. de 2018.

CANÇADO, A.C. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. Salvador: IES, 2007.

CANÇADO, A.C. Gestão Social e Economia Solidária para além do mimetismo: outra gestão é possível? Revista de Economia Solidária, v. 10, p. 18-43, 2016.

Cançado A. C.; Tenório, Fernando; Pereira, José. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. v. 9, n. 3. Rio de Janeiro: Cadernos EBABE, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica: para ciências sociais aplicadas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.